

1 **Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF - PR**

2 **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

3 **Reunião Ordinária COEDE/PR – outubro/2025**

4

5 Ao sétimo dia do mês de outubro do ano de 2025, às nove horas, presencialmente e
6 transmitido pelo canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família,
7 na sala Fani Lerner, 7º andar, da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família -
8 SEDEF, situada no Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n,
9 Centro Cívico, Curitiba, Paraná, deu-se início a reunião ordinária do Conselho
10 Estadual da Pessoa com Deficiência – COEDE, em primeira chamada. **Participação**
11 **dos conselheiros (as) da Sociedade Civil: Yvy Karla Bustamante Abbade –**
12 Universidade Livre para a Eficiência Humana; **Cristianne Bara Mattei Pacheco de**
13 **Carvalho –** Associação de Pais e Amigos de Surdos – APAS; **Fátima do Rocio de**
14 **Souza Gonçalves –** Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes
15 Auditivos de Paranaguá – ACEDA; **Clecy Aparecida Grigoli Zardo –** Federação das
16 APAES – FEAPAES; **Júlio Cezar Viana –** Associação de Pais e Amigos dos
17 Excepcionais de Maringá – APAE Maringá; **Ênio Rodrigues da Rosa –** instituto
18 Paranaense de Cegos; **Patrícia Veridiana Monteiro -** Associação dos Deficientes
19 Físicos e Visuais de Francisco Beltrão **Sandra da Rosa Alves–** Associação de
20 Atendimento e Apoio a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Norte do
21 Paraná – ANJO AZUL; **Ângela Denise Henrique Cavalheiro –** Centro Ocupacional de
22 Londrina – COL; **Andrea Cristina de Fátima dos Santos –** Associação de Pais e
23 Amigos dos Excepcionais de Piraquara; **Priscila Guimarães Rodrigues -** Complexo
24 de Saúde Pequeno Cotelengo; **Participação dos conselheiros governamentais:**
25 **Quelen Coden –** Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF/CPCD;
26 **Thaís Christovam Pamplona –** Secretaria de Saúde – SESA; **Patricia Cavichiolo**
27 **Tortato –** Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF/CPAS; **Elaine**
28 **Cristina Lima Scantamburlo –** Coordenação de Política para a Pessoa Idosa -
29 SEMIPI/CPPI; **Ivã José de Pádua –** Secretaria da Ciência, Tecnologias e Ensino
30 Superior – SETI; **Victor Hugo Ribeiro Florentino dos Santos -** Secretaria do
31 Trabalho, qualificação e Renda - SETR; **Valter Ribeiro da Silva -** Secretaria de
32 Segurança Pública – SESP; **Cleomira Ferreira Burdzinski –** Secretaria da Cultura –
33 SEEC; **Mario Sérgio Fontes -** Secretaria do Esporte – SEES; **Guilherme Marques da**

34 **Silva Mariucci** – Secretaria do Planejamento – SEPL. **Convidados presentes:**
35 **Mariana Dias Mariano** – Ministério Público do Paraná; **Alessandra Barancelli** –
36 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Marcela Gusso Rodrigues do Couto**
37 **Ribeiro** – Secretária Executiva. **Intérpretes de Libras:** Eliana Aristides Ruiz e Ricardo
38 Ruiz. **Faltas justificadas:** **Alexandre Salum de Oliveira** - Associação dos Deficientes
39 Físicos do Paraná – ADFP; **Abertura.** Presidente Ivã José de Pádua – SETI e vice-
40 presidente Clecy Aparecida Grigoli Zardo – FEAPAES, iniciam a reunião dando as
41 boas vindas a todos. **Aprovação da ata de setembro.** APROVADA. **Informes da**
42 **Secretaria Executiva. 1. Material recebido do CONADE Tia Zilda** – Histórias de
43 inclusão – Claudia Werneck – 1 Manual de Acessibilidade em eventos presenciais, 1
44 Livro tia Zilda, Histórias de Inclusão e 6 exemplares da LBI. **2. Live dia 06 de outubro**
45 **com os municípios, adiada pela comissão.** A secretaria executiva propôs a
46 realização de uma reunião com a comissão nas seguintes datas 18, 19 e 22 de
47 setembro. Porém a FEAPAES não poderia estar presente nessas datas por outra
48 agenda, sendo assim a comissão decidiu adiar a live e remarcar para uma nova data,
49 a ser definida, para dar continuidade às tratativas. Os pontos serão discutidos na
50 reunião descentralizada. **3. Ofício nº 43/2025 CMDPcD Curitiba** – Discordando
51 redutor de 30 % da deliberação 005/2025 COEDE. Arquiva-se. **4. Projeto “Aviação**
52 **Acessível”.** **O Projeto “Aviação Acessível”** está sendo realizado através de uma
53 parceria entre a Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e
54 Aeroportos e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (Termo de Execução
55 Descentralizada – TED nº 002/2023) com apoio da Universidade de São Paulo (USP).
56 Entre suas ações está sendo desenvolvida uma pesquisa com objetivo de avaliar a
57 acessibilidade na aviação civil brasileira por passageiros e usuários com deficiência ou
58 mobilidade reduzida. Tal pesquisa será desenvolvida a partir de relatos das
59 experiências dos usuários/passageiros com deficiência, mobilidade reduzida ou
60 acompanhante que poderão ser encaminhados por um formulário disponível no
61 website oficial do projeto, <https://aviacaoacessivel.com/> ou via *chatbot* integrado ao
62 aplicativo de mensagens WhatsApp (16) 99232-9223. A divulgação da pesquisa será
63 realizada, principalmente, a partir das redes sociais do Ministério de Portos e
64 Aeroportos, como também, nos aeroportos que estão sendo visitados. Além disso,
65 pedem o apoio deste Conselho Estadual para divulgação junto à população com
66 deficiência. Para uma melhor compreensão do Projeto e da abordagem utilizada,
67 recomenda-se o acesso ao site do projeto (<https://www.aviacaoacessivel.com/>) onde
68 está disponibilizado o Manual de Acessibilidade desenvolvido no decurso do estudo

69 (<https://www.aviacaoacessivel.com/manual>). **5. Convite:** Participação do COEDE, no
70 CEDCA visando o diálogo sobre a pauta da Acuidade Visual infantil realizado dia 26
71 de setembro de 2025. Participação do presidente Ivan José de Pádua e Quelen
72 Coden. **Ofício nº 231/2025 CAOPSAUDE** – órteses e próteses, solicitando tratativas.
73 A conselheira Thaís Christovam Pamplona – SEED, fala que a secretaria está em
74 contato com as regionais que não deram a devolutiva, buscando esse retorno para
75 passar ao COEDE. A Dra. Mariana Dias, fala que essa questão está relacionada com
76 outra que é o procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público para
77 monitorar como está a estruturação do serviço de habilitação e reabilitação no Estado
78 do Paraná, que envolve outras pastas trabalhando de uma forma global com a linha de
79 cuidados de saúde. A conselheira Thaís fala que no dia 19 de setembro receberam
80 ofício de resposta referente à dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de
81 locomoção (OPM). O documento esclarece que, embora o Estado não possua oficinas
82 ortopédicas habilitadas pelo Ministério da Saúde, há serviços que realizam a
83 dispensação de OPM em serviços habilitados pelo ministério da saúde, conforme
84 plano de ação anexo. O documento será disponibilizado integralmente ao grupo do
85 conselho, observando os padrões de acessibilidade digital. A promotora Mariana
86 sugeriu que o Conselho provoque a criação de oficinas ortopédicas no Paraná, de
87 forma a suprir a lacuna existente e garantir atendimento adequado às pessoas com
88 deficiência. **6. Convite COEPEDE/RS** - Para participar da cerimônia de abertura das
89 comemorações dos 20 anos do COEPEDE, a realizar-se no dia 28 de outubro de
90 2025, às 14h e da reunião dos Conselhos Estaduais da Região Sul no dia 29 de
91 outubro de 2025. Parecer do COEDE: Aprovado a participação do presidente Ivan e
92 Quelen a reunião. Presidente Ivã fala que será discutido com a região Sul, os
93 encaminhamentos unificados, as pautas em comum, a necessidade dessa conversa,
94 levando o exemplo de organização desse conselho aos demais Estados do País. Se
95 diz muito feliz em poder ajudar a organizar a política a nível nacional da Pessoa com
96 Deficiência. **7. Substituição de membros governamentais no COEDE.** Secretaria do
97 Trabalho, qualificação e Renda – SETR - Rafael Aurélio dos Santos como membro
98 titular em substituição à Luiz Eduardo Okazak, e Victor Hugo Ribeiro Florentino Dos
99 Santos, como membro suplente em substituição à Mari Lucia Veiga. **Informes dos**
100 **conselheiros.** Enio Rodrigues da Rosa IPC - 1. Encontro Estadual das Organizações
101 de Pessoas com Deficiência Visual. No dia 26 do mês passado, realizou-se o Encontro
102 Estadual das Organizações de Pessoas com Deficiência Visual, promovido pelo
103 Instituto Paranaense de Cegos, nas dependências do Instituto. O evento contou com a

104 presença de 16 organizações do segmento de deficiência visual representando
105 significativa participação. Houve ampla discussão sobre a retomada do movimento
106 estadual de representação, com perspectiva de criação de uma federação ou entidade
107 estadual representativa. Prevê-se a realização de um novo encontro, no início do
108 próximo ano, com vistas à assembleia de fundação de organização que consiga
109 alinhar pautas em comum pelo Estado. **2. Participação do Presidente Ivã José de**
110 **Pádua no CELEPARCAST.** Presidente Ivã José de Pádua – SETI, fala sobre reunião
111 realizada com a CELEPAR para tratar da acessibilidade no portal do Governo do
112 Estado, incluindo o sistema de protocolo e outros serviços, como o programa Nota
113 Paraná e Piá. Destacou a boa relação com o corpo técnico e diretivo da CELEPAR,
114 que tem dado prioridade às questões de acessibilidade. Durante o mesmo dia, foi
115 inaugurado o podcast da CELEPAR, que divulgará soluções tecnológicas
116 implementadas pelo governo. Realçou o objetivo de tornar os sistemas 100%
117 acessíveis às pessoas com deficiência visual, foi divulgado também a Plataforma
118 Paraná Acessível. **3. Evento em Brasília – Concurso de Inovação “Bengalas**
119 **Inteligentes”.** Conselheira Quelen Coden – CPCD/SEDEF, informa sobre o evento
120 promovido pela ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento e Inovação), em
121 Brasília, referente ao Concurso de Inovação “Bengalas Inteligentes”. Dez projetos
122 finalistas receberam R\$ 90.000,00 para o desenvolvimento de protótipos, que serão
123 posteriormente avaliados. Conselheiro Ênio Rodrigues da Rosa – IPC, fala que o
124 Instituto Paranaense de Cegos participou desde as etapas iniciais do processo,
125 contribuindo tecnicamente e na fase de avaliação dos projetos. **4. Publicação**
126 **Acadêmica** O conselheiro Ênio Rodrigues da Rosa – IPC, apresentou o artigo
127 intitulado “*A Pessoa com Deficiência na Sociedade Contemporânea: Problematizando*
128 *o Debate*”, elaborado em coautoria e publicado em coletânea do Programa de
129 Educação Especial, colocado à disposição do Conselho. **5. Congresso Brasileiro de**
130 **Tecnologia Assistiva (CBTA).** A conselheira Quelen Coden – CPCD/SEDEF,
131 informou sobre a participação no V Congresso Brasileiro de Tecnologia Assistiva,
132 representando a Coordenação de Políticas da Pessoa com Deficiência. Foram
133 apresentados cinco trabalhos relacionados às ações do Estado do Paraná, com
134 palestras realizadas por alguns conselheiros e também servidores da coordenação da
135 política da pessoa com deficiência. Destacou as apresentações culturais e artísticas
136 do Instituto Paranaense de Cegos e do Complexo Cotelengo, demonstrando o uso de
137 tecnologia assistiva em dança, teatro e comunicação. O evento contou com ampla
138 participação de universidades e despertou interesse de outros estados. **6. Seminário**

139 **sobre Educação Bilíngue em Santa Catarina.** A conselheira Fátima do Rocio de
140 Souza Gonçalves – ACEDA, relatou participação no seminário “*Formação de*
141 *Professores para Educação Bilíngue de Surdos no Brasil – Desafios e Perspectivas*”,
142 realizado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.
143 O evento evidenciou o avanço do Paraná na educação bilíngue de surdos, com
144 escolas consolidadas e profissionais surdos atuantes, em contraste com outros
145 estados que ainda enfrentam dificuldades estruturais e legais. Foram agendadas
146 visitas técnicas de representantes de outros estados às escolas paranaenses. **7.**
147 **Participação na Escola de Qualificação Profissional FACHISA.** A vice-presidente
148 Clecy Aparecida Grigoli Zardo – FEAPAES, registra a participação, juntamente com o
149 Secretário Rogério Carboni, na entrega de repasse financeiro à Escola FACHISA, que
150 atua na qualificação de jovens aprendizes, existente desde 2010. O valor de R\$
151 172.000,00 foi repassado pelo CEDCA, representando o primeiro apoio institucional
152 recebido pela entidade. Conselheiro Ênio Rodrigues da Rosa – IPC, fala sobre a
153 democratização do acesso a recursos públicos. O conselheiro propôs reflexão sobre a
154 necessidade de democratizar o acesso de pequenas organizações aos recursos
155 públicos, considerando a complexidade técnica dos atuais editais e legislações.
156 Sugeriu também o incentivo a projetos em rede, permitindo que entidades maiores
157 apoiem as menores na execução de propostas conjuntas. **8. Participação do**
158 **Conselho Municipal de Piraquara.** A conselheira Andrea Cristina de Fátima dos
159 Santos – APAE Piraquara, se diz muito orgulhosa em fazer parte do Conselho
160 Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, registrando também a presença da
161 presidente do Conselho Municipal de Piraquara - Joyce, destaca a reativação do
162 conselho local, o recebimento do FUNDEB pela APAE de Piraquara e o apoio da atual
163 gestão municipal. **9. Acessibilidade no Tribunal Regional do Trabalho (TRT)**
164 A conselheira Cristianne Bara Mattei Pacheco de Carvalho - APAS, falou sobre
165 reportagem na RIT TV destacando a implantação do “Balcão Visual” no TRT, serviço
166 que oferece atendimento remoto em Libras por meio de chamada de vídeo,
167 representando importante avanço em acessibilidade comunicacional para pessoas
168 surdas. Conselheiro Ênio Rodrigues da Rosa levanta a questão de documentos
169 Acessível e “Fadiga de Acesso” sobre a importância da acessibilidade documental,
170 ressaltando que documentos escaneados em imagem (PDF não acessível)
171 impossibilitam a leitura por pessoas com deficiência visual. Destacou-se também o
172 conceito de “fadiga de acesso”, relacionado ao esforço adicional exigido das pessoas
173 cegas no uso de tecnologias assistivas, tema abordado em evento sobre tecnologia

174 assistiva. **Relatos das Comissões. Comissão Temporária do Regimento Interno.**
175 Realizada a leitura da minuta do regimento interno, realizado alguns ajustes e segue
176 para apreciação do conselho. A secretária executiva Marcela Gusso, apresentou o
177 documento finalizado, destacando que a minuta havia sido encaminhada previamente
178 ao grupo de conselheiros. Foi solicitado que os membros que ainda não o haviam lido
179 o fizessem para possíveis observações. **Sugestões de ajustes e Inclusões –**
180 **Eleições e reuniões on-line:** Foi sugerida a inclusão da possibilidade de realização
181 de eleições e reuniões virtuais, prática já adotada pelo Conselho. A proposta foi
182 acolhida, com a ressalva de que a participação virtual em reuniões deverá ser
183 aprovada pela plenária do COEDE, em situações excepcionais. **Presidência**
184 **preferencialmente exercida por pessoa com deficiência:** propôs-se incluir no texto
185 a expressão “preferencialmente pessoa com deficiência”. **Vedação à manifestação**
186 **político-partidária:** Alguns conselheiros consideraram a previsão desnecessária, mas
187 optou-se por manter a redação sem objeções. A representante do Ministério Público,
188 Dra. Mariana Dias, apresentou sugestões como competências do conselho o
189 acompanhamento dos projetos de lei e participação em audiências públicas relativas
190 aos direitos das pessoas com deficiência. **Autorização para fala em nome do**
191 **Conselho:** recomendada a inclusão de dispositivo que exija autorização prévia da
192 presidência para qualquer conselheiro representar oficialmente o COEDE em eventos
193 externos, a fim de evitar confusões entre opiniões pessoais e posicionamentos
194 institucionais. A sugestão foi acolhida, com o entendimento de que a representação
195 oficial deve sempre ser previamente autorizada. **Prazo para convocação de**
196 **assembleia eleitoral:** o texto da minuta previa 120 dias, enquanto a lei determina 90
197 dias. Foi acordada a adequação para 90 dias. **Alternância de presidência e vice-**
198 **presidência:** a lei prevê alternância de mandatos, não de anos. Após debate, decidiu-
199 se manter a alternância anual, entendendo-se que o princípio da paridade e
200 alternância está resguardado. **Cargo de Secretário-Geral:** foi lembrada que a lei
201 previa originalmente a eleição de um secretário-geral, função absorvida pela
202 Secretaria Executiva. Ficou registrada a necessidade de futura análise para possível
203 atualização legislativa. Após os debates e inserções pontuais, o Regimento Interno do
204 COEDE foi submetido à votação e aprovado por unanimidade, com as observações e
205 ajustes registrados. A vice-presidente Clecy agradece todo empenho do Conselheiro
206 Valter na realização desse regimento. **Comissão Temporária do Levantamento dos**
207 **Servidores PCD.** Realizado os ofícios que estavam pendentes para envio às
208 secretarias para que possam responder o questionário e assim continuar com os

209 trabalhos da comissão. **Comissão Temporária Novo Viver sem Limites.** Sem pauta
210 esse mês. **Comissão Permanente de Capacitação, Mobilização e Articulação.**
211 **Relatório: Pauta 1.1 E-mail do Professor Rodrigo Pedroso da Silva com**
212 **solicitação de apresentação ao COEDE sobre o Projeto de Aprendizagem**
213 **Inclusiva e Tecnologia Assistiva – Metodologia do Facilitador Didático e**
214 **Materiais FD, com vistas à obtenção de parecer técnico e social.** Histórico: O
215 Professor Rodrigo Pedroso da Silva apresentou-se como pesquisador e desenvolvedor
216 de tecnologias assistivas para a educação, destacando que, ao longo dos últimos
217 anos, consolidou metodologias e materiais voltados à acessibilidade educacional, com
218 chancela de diversas instituições e órgãos públicos. Relatou já ter participado de
219 plenária do COEDE no ano de 2017, no início de sua trajetória, e informou que, na
220 atual etapa de desenvolvimento, busca fortalecer a relevância científica e social do
221 trabalho por meio de um parecer institucional, tendo em vista que não existem,
222 atualmente, entidades que realizem esse tipo de validação formal. O projeto em
223 questão possui 10 anos de desenvolvimento e trata da Metodologia do Facilitador
224 Didático e de tecnologias assistivas aplicadas à educação inclusiva na rede pública,
225 com foco na formação docente e na acessibilidade metodológica e instrumental. A
226 proposta está alinhada ao Desenho Universal e à Lei Brasileira de Inclusão (Art. 28,
227 XVIII), tendo sido construída com apoio de diferentes atores da área. Entre os
228 reconhecimentos formais recebidos (anexo a este relatório), constam manifestações e
229 termos de apoio das seguintes instituições: • Instituto Paranaense de Cegos (IPC); •
230 Associação dos Deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR); • Associação Reviver
231 Down; • Associação de Atendimento e Apoio ao Autista (AAMPARA); • Associação
232 Brasileira de Psicopedagogia (ABPP); • Secretaria de Estado da Educação do Paraná
233 (SEED/PR); • Ministério Público do Estado do Paraná – Promotoria da Educação e
234 Promotoria da Pessoa com Deficiência. A metodologia utiliza os Materiais Facilitadores
235 Didáticos (FD), com recursos lúdicos e interativos, aplicáveis a estudantes com
236 Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência visual, deficiência intelectual e
237 outros públicos, compatíveis com o sistema Braille e com práticas pedagógicas
238 inclusivas, em conformidade com o Plano Viver sem Limites e o princípio “Nada de
239 nos, sem nós!”. Dessa forma, o Professor Rodrigo Pedroso da Silva apresentará sua
240 proposta aos conselheiros da Comissão de Capacitação, Mobilização e Articulação do
241 COEDE, para ciência, apreciação e encaminhamento. **Parecer da Comissão:** A
242 comissão manifesta parecer favorável à sugestão de que a apresentação do Professor
243 Rodrigo seja realizada em plenária, considerando a relevância do tema para o

244 colegiado e a importância de oportunizar a discussão conjunta entre todos os
245 conselheiros. **Parecer do Coede:** Aprovado a apresentação do material em plenária
246 de dezembro – 2025. **Pauta 1.2 Monitoramento dos Municípios que**
247 **Encaminharam Documentação até 22 de Setembro de 2025 e Tiveram ARCPF**
248 **Emitido.** Histórico: O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do
249 Paraná – COEDE/PR acompanha, por meio de monitoramento contínuo, a situação
250 dos municípios quanto ao encaminhamento da documentação necessária para análise
251 de regularidade dos Conselhos Municipais, Planos e Fundos voltados à política da
252 pessoa com deficiência. Os dados e números referentes aos municípios que
253 encaminharam a documentação até o dia 22 de setembro de 2025 e que tiveram seus
254 Atestados de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) emitidos são
255 fornecidos pela Coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa
256 com Deficiência (CPCD), responsável pela emissão desses atestados. Essa
257 consolidação permite ao COEDE/PR acompanhar o avanço na institucionalização das
258 políticas públicas municipais e identificar os municípios que estão regularizados
259 quanto à estrutura exigida para o funcionamento dos conselhos de direitos da pessoa
260 com deficiência. Ao todo, 159 municípios atenderam ao critério estabelecido. “*Veja*
261 *tabela na íntegra no relato da comissão disponível no site do COEDE*”. **Parecer da**
262 **Comissão:** Ciente. **Parecer do Coede:** Ciente. **Pauta 1.3 – Ofício nº 414/2025 –**
263 **CAOPPIPCD – Solicitação de Informações sobre ARCPF (Procedimento**
264 **Administrativo nº 0046.24.103465-4).** Histórico: O Centro de Apoio Operacional das
265 Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com
266 Deficiência (CAOPPIPCD) encaminhou ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa
267 com Deficiência do Paraná – COEDE/PR o Ofício nº 414/2025, solicitando
268 informações relacionadas ao acompanhamento da criação e funcionamento dos
269 Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como da
270 estruturação dos respectivos Fundos e Planos Municipais. O ofício também solicita
271 esclarecimentos sobre a situação do Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e
272 Fundo (ARCPF) para o ano de 2025. Os dados indicam um panorama ainda
273 incompleto em nível estadual, com destaque para o baixo percentual de municípios
274 com documentação completa. Diante disso, o CAOPPIPCD elenca quatro pontos
275 principais para resposta, envolvendo: ações do COEDE/PR para fomentar a
276 estruturação municipal, identificação de dificuldades enfrentadas pelos municípios,
277 mapeamento de experiências em outros estados e envio de listagem atualizada dos
278 municípios com conselhos, fundos e secretarias executivas. O ofício foi assinado por

279 Mariana Dias Mariano, Promotora de Justiça. Ofício na íntegra: Ilustríssimo Senhor
280 Presidente, O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE
281 JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DA PESSOA COM
282 DEFICIÊNCIA (CAOPPIPCD), por intermédio da Promotora de Justiça que abaixo
283 subscreve, no exercício de suas atribuições previstas no art. 75 da Lei Complementar
284 do Estado do Paraná n. 85/1999, vem, pelo presente, solicitar o que segue: Como é do
285 conhecimento desse Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o
286 CAOPPIPCD acompanha a criação e funcionamento dos Conselhos Municipais de
287 Direitos da Pessoa com Deficiência em todo o território do Paraná/PR, inclusive no
288 que pertine à previsão e utilização dos fundos municipais (fundos especiais) para
289 custeio das atividades desenvolvidas. Em diálogo com esse órgão colegiado, obteve-
290 se conhecimento do relatório da Comissão Permanente de Capacitação, Mobilização e
291 Articulação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência
292 (COEDE/PR). Em resumo, verificou-se que foi realizado um panorama da situação dos
293 conselhos municipais no Paraná, com a finalidade de atualizar os registros e fortalecer
294 a comunicação, via Google Forms. Somente 141 municípios responderam, e os dados
295 parciais indicam que 80% possuem Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com
296 Deficiência, 9% não possuem, e 11% estão em processo de criação. Em relação aos
297 Fundos Municipais, dos 112 municípios com conselho, 89% possuem Fundo Municipal
298 dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 6% estão em processo de elaboração e 5%
299 não possuem fundo constituído. Quanto aos Planos Municipais, dos mesmos 112
300 municípios com conselho, 74,1% já possuem Plano Municipal dos Direitos da Pessoa
301 com Deficiência, 15,2% estão em processo de elaboração e 9,8% ainda não possuem
302 plano. O relatório também abordou a situação do Atestado de Regularidade Conselho
303 Plano e Fundo (ARCPF) para 2025. Das 399 cidades no Paraná, 26% (106
304 municípios) já possuem o ARCPF emitido, 11% (42 municípios) têm documentação
305 parcial, e 63% (249 municípios) ainda não enviaram a documentação. Dessa forma,
306 este CAOPPIPCD solicita as seguintes informações: (i) Informe quais ações (como
307 exemplo, articulação com os municípios, criação de fóruns permanentes, oferta de
308 apoio técnico, incentivos financeiros etc) estão sendo adotadas por esse Conselho
309 Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o escopo de fomentar a criação
310 dos conselhos municipais, respectivos fundos e secretarias executivas. (ii) Informe se
311 esse órgão realizou a identificação das principais dificuldades encontradas pelos
312 municípios em criar os conselhos municipais, tais como ausência de recursos
313 financeiros e humanos, falta de capacitação, baixo engajamento social, complexidade

administrativa etc. Em caso positivo, apresente os dados colhidos. (iii) Informe se esse órgão colegiado realizou pesquisas sobre experiências em outros estados brasileiros para fomentar a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais, já que referências externas são importantes para o aprimoramento de políticas públicas. Em caso positivo, apresente os dados colhidos. (iv) Encaminhe listagem atualizada dos municípios que possuem a instalação dos conselhos, fundos e secretarias executivas.

Parecer da Comissão: Até a presente data, não foram realizadas ações específicas voltadas à estruturação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Fundos e Planos Municipais por esta comissão, além daquelas desenvolvidas de forma integrada com a Coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPCD). Ressalta-se que, em parceria com a CPCD, estava prevista para o mês de outubro a realização de uma live com os municípios que possuem o ARCPF, com o objetivo de orientar quanto aos próximos passos e fortalecer o acompanhamento das estruturas municipais. Entretanto, a ação não foi realizada em razão de incompatibilidade de agendas entre envolvidos. A CPCD, em conjunto com os Núcleos Regionais, vem prestando apoio técnico aos municípios, especialmente na elaboração da documentação necessária à criação e regularização dos Conselhos, Planos e Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Cabe destacar que, em deliberação de 2024, houve previsão de destinação de percentual de recursos voltados à capacitação dos conselhos municipais, com o objetivo de fortalecer a gestão local das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Informa-se ainda que, até o momento, não foi realizada pesquisa comparativa com outros estados brasileiros sobre experiências de fomento e fortalecimento de conselhos municipais. Por fim, a Comissão entende que a atualização da listagem dos municípios que possuem Conselho, Fundo e Secretaria Executiva constituídos é uma providência necessária, a ser realizada em conjunto com a CPCD, para subsidiar a resposta ao CAOPPIPCD conforme solicitado.

Parecer do Coede: Aprovado parecer da comissão. **Pauta 1.4 – Ofício nº 44/2025 – CMDPD de Umuarama:** Solicitação de informações sobre a inscrição de entidades com fins lucrativos nos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência Histórico: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Umuarama (CMDPD), por meio do Ofício nº 44/2025, encaminhou solicitação ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná – COEDE/PR, requerendo informações e orientações a respeito da possibilidade de inscrição de entidades com fins lucrativos nos conselhos de direitos da pessoa com deficiência. A motivação da solicitação

349 decorre de dúvidas surgidas no âmbito municipal quanto à legalidade e viabilidade da
350 participação dessas entidades na composição do conselho local. Diante disso, o
351 CMDPD busca esclarecimentos quanto às normativas vigentes, legislações aplicáveis,
352 orientações técnicas e demais documentos oficiais que tratem especificamente do
353 tema e que regulamentem as inscrições de entidades nos conselhos de direitos da
354 pessoa com deficiência. O CMDPD também ressalta a importância do alinhamento
355 com as diretrizes estaduais como medida essencial para garantir segurança jurídica e
356 uniformidade nos procedimentos, contribuindo para a efetividade da política pública no
357 âmbito local. **Parecer da Comissão:** A participação de entidades com fins lucrativos
358 na composição dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência deve observar,
359 prioritariamente, as disposições do Regimento Interno do respectivo conselho
360 municipal, respeitando a autonomia local prevista na legislação vigente. O Regimento
361 Interno do COEDE/PR (Capítulo III, arts. 3º a 9º) define que a representação da
362 sociedade civil deve ser composta por entidades que atuem na área da deficiência,
363 sem indicar expressamente vedação a entidades com fins lucrativos, mas dá
364 preferência àquelas sem fins lucrativos (art. 3º, §1º, II). Assim, recomenda-se que a
365 composição dos conselhos municipais observe, além do regimento local, as diretrizes
366 do Conselho Estadual, que privilegiam entidades sem fins lucrativos e de atuação
367 comprovada na promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Dessa
368 forma, recomenda-se que o CMDPD de Umuarama proceda à análise da matéria com
369 base em seu regimento interno e nas normativas municipais aplicáveis, observando
370 os princípios da representatividade, da finalidade institucional e do interesse público.

371 **Parecer do Coede:** Em resposta ao CMDPD de Umuarama, recomenda-se que as
372 entidades membros do Conselho de defesa dos direitos sejam sem fins lucrativos. Os
373 conselheiros manifestaram-se contrários à participação de instituições com fins
374 lucrativos nos conselhos, apontando como principal argumento o risco de conflito de
375 interesses entre a defesa de direitos e objetivos empresariais. Foi pontuado que os
376 conselhos de direitos são instâncias deliberativas, paritárias e de caráter público,
377 devendo garantir a defesa de direitos das pessoas e não o favorecimento de
378 interesses privados. Dra. Mariana Dias - MP, ponderou que não há proibição expressa
379 em lei, mas também não existe autorização explícita para que entidades com fins
380 lucrativos componham conselhos. Indicou que o regimento interno de cada conselho
381 pode conter previsão restritiva ou orientativa, desde que não contrarie dispositivos
382 legais superiores. Conselheiro Valter Ribeiro da Silva – SESP, complementou que a
383 legislação vigente permite o convite a entidades privadas para participações pontuais,

384 com direito à voz, mas sem direito a voto, em caráter consultivo. Ressaltou, porém,
385 que isso não se aplica à condição de membro permanente ou votante do conselho.
386 Inclusão de Pauta. **Pauta 1.5 Retorno de Pauta (1.2 de maio/2025) E-mail/Ofício:**
387 Recebimento do Ofício nº 03/2025 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com
388 Deficiência de Piraquara/PR. Histórico: Após solicitação de maio/2025 referente à
389 orientação para o processo eleitoral do Conselho Municipal de Piraquara, o COEDE
390 recebeu, em 02 de outubro de 2025, o Ofício nº 03/2025 encaminhado pelo CMDPD
391 de Piraquara, acompanhado do Decreto Municipal nº 14.089/2025 de nomeação dos
392 conselheiros e da Resolução nº 06/2025 que dispõe sobre a eleição e alteração da
393 diretoria executiva. No documento, o CMDPD informa a realização da Assembleia de
394 Eleição da Sociedade Civil e Posse dos membros do conselho municipal, ocorrida em
395 de setembro de 2025, para a gestão 2025/2027. Ainda, convida o Presidente do
396 COEDE/PR (ou representante indicado) a participar da próxima Sessão Ordinária,
397 marcada para o dia 21 de outubro de 2025, às 08h30, na Secretaria Municipal de
398 Assistência Social de Piraquara/PR. Parecer da Comissão: ciente, para aprovação da
399 plenária. **Parecer do Coede:** Ciente, com a participação on-line do Presidente Ivã.
400 **Comissão Permanente de Gerenciamento e monitoramento do Fundo. 1.**
401 **Acompanhamento e monitoramento do uso dos recursos deliberados em 2024 -**
402 **Fundo a Fundo – Deliberação 009/2024.** A Coordenação Estadual da Política de
403 Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CPCD, tem monitorado junto ao
404 Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) o
405 uso dos Recursos provenientes do Repasse objeto da Deliberação 009/2024-
406 COEDE/PR. Cada um dos 73 municípios que receberam o repasse de R\$ 68.493,15
407 (sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos),
408 provenientes da Deliberação 009/2024-COEDE/PR, encaminharam à Coordenação
409 seus Planos de Trabalho com a descrição da execução e previsão do início da
410 utilização do recursos, no entanto, não tem sido juntado os extratos mensais das
411 contas destinadas ao uso dos valores no Sistema de Acompanhamento do
412 Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, para comprovar a movimentação de
413 valores e muitos dos que iniciaram a execução, não fizeram a juntada dos
414 comprovantes fiscais dos valores utilizados. Até a presente data, vários municípios
415 não comprovaram que iniciaram a execução dos recursos, mantendo os valores em
416 aplicação financeira, restando menos de 02 (dois) meses para o cumprimento do
417 contido no art. 16 da Deliberação 009/2024-COEDE/PR, que estabelece que o início
418 da execução dos recursos se dará em até 12 meses do seu recebimento. **Parecer da**

419 **Comissão:** Oficiar os municípios, em conjunto com os conselhos municipais, sobre o
420 findar do prazo de execução e a necessidade de monitoramento orçamentário e
421 atualização dos extratos no SIFF. Encaminhamento dos ofícios com cópia ao
422 CAOPPIPCD. **Parecer do COEDE: Aprovado parecer da comissão. 2.**
423 **Acompanhamento e monitoramento da Deliberação 005/2025 – Fundo a Fundo.**
424 Os 140 Municípios elegíveis ao repasse de Recursos da Deliberação 005/2025-
425 COEDE/PR, realizaram a Adesão e apresentaram seus Planos de Ação no SIFF no
426 prazo estabelecido, tendo sido publicada a Resolução 436/2025 SEDEF com a relação
427 dos Municípios habilitados. Conforme estabelecido na referida Resolução – o prazo
428 para apresentação do Planejamento de Execução dos Recursos será de 30 (trinta)
429 dias, a partir de seu recebimento, portanto, logo que os valores forem transferidos para
430 as contas abertas para o fim específico da Deliberação, terá início o prazo para que os
431 Municípios apresentem as ações detalhadas do que pretendem realizar com o
432 recursos e os prazos de execução. A informação da Gestão de Fundos e do Núcleo
433 Fazendário Setorial é de que a solicitação de abertura das contas já foi encaminhada
434 ao Banco do Brasil. **Parecer da Comissão:** Ciente das ações que estão sendo
435 realizadas e aguardando os prazos para a análise dos planos de execução. **Parecer**
436 **do COEDE:** Ciente e aprovado. **3. Solicitação de Maringá para prorrogação de**
437 **prazo da Deliberação 009/2024.** O Município de Maringá, encaminhou e-mail ao
438 COEDE/PR em 15/09/2025, solicitando prorrogação do prazo para execução das
439 ações previstas no Plano de Trabalho, tendo justificado que os procedimentos para
440 execução das referidas ações estão em processo licitatório, o que demandará um
441 tempo adicional para sua execução. **Parecer da Comissão:** Para que possamos
442 analisar o deferimento, ou não, da prorrogação de prazo, solicitamos o
443 encaminhamento de cópia do processo de compra direta ou de licitação que justifique
444 a necessidade da prorrogação pretendida, no prazo de cinco dias. **Parecer do**
445 **COEDE:** Aprovado parecer da comissão. **4. Apreciação dos planos de trabalhos**
446 **aprovados nos Conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência**
447 **dos municípios de Ibiporã e Marialva visando o fortalecimento da política das**
448 **pessoas com deficiência. Ibiporã** - Através do Ofício 223/2025, o Município de
449 Ibiporã solicita o recurso de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e meio de reais) para
450 investimento e melhorias no atendimento de pessoas com deficiência visual, alinhada
451 com às diretrizes da inclusão, desenvolvimento humano e aos objetivos de
452 Desenvolvimento Sustentável. **Marialva** - Através do Ofício 296/2025, o Município de
453 Marialva solicita o recurso de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e meio de reais) para

454 investimento e melhorias no atendimento de pessoas com deficiência, com a
455 construção de sua sede própria e específica para o atendimento integral de pessoas
456 com deficiência, visando garantir os direitos. **Parecer da Comissão:** Favorável ao
457 repasse, mediante disponibilidade orçamentária, tendo em vista que os planos de
458 trabalho já foram avaliados pela equipe técnica da Coordenação da Política Estadual
459 dos Direitos da Pessoa com Deficiência e que não há óbice em relação ao pleito. Dra.
460 Mariana Dias – MP, questiona qual é a fonte do recurso e qual a normativa que
461 autoriza o repasse para esses municípios sendo que o recurso ainda não existe na
462 conta do fundo. Antecipa que o Ministério Público irá solicitar documentação completa
463 planos de trabalho, origem orçamentária e justificativas técnicas. A conselheira e
464 coordenadora da Política da Pessoa com Deficiência Quelen Coden – CPCD/SEDEF,
465 explica que a deliberação em pauta seria para que, caso o recurso se concretize, ele
466 possa tramitar via fundo a fundo para garantir controle, transparência e fiscalização
467 pelo conselho. Fala que o plano de trabalho dos municípios já foi avaliado pela equipe
468 técnica da coordenação. Diz que os projetos atendem às necessidades regionais,
469 especialmente na deficiência visual e centros de atendimento reconhece que o recurso
470 não é do fundo neste momento, mas poderá ser canalizado via fundo quando existir.
471 Presidente Ivã fala que é de grande importância esse recurso passar pelo fundo da
472 pessoa com deficiência para movimentá-lo, e que o conselho possa fazer esse
473 acompanhamento. O Diretor de Políticas Públicas da SEDEF, Ronaldo Olmo,
474 exemplifica com outros fundos, como o CEDCA – Conselho da Criança e Adolescente,
475 onde também há repasse extraorçamentário via fundo a fundo. Como o COEDE ainda
476 não tem um fundo orçamentário perene, há um esforço do Secretário Rogério Carboni
477 para que haja, mas por hora ainda não é uma realidade desse fundo, há esses
478 repasses eventuais que o Secretário tem buscado para que seja um recurso do fundo.
479 Mas nesse caso é um recurso extraorçamentário que se destina para financiamento
480 dessas obras, e a viabilidade de passar pelo fundo são para que haja agilidade do
481 repasse, garantindo a rastreabilidade e fiscalização dos recursos. Conselheiro Ênio
482 trabalha uma questão sobre a política, que essas organizações buscaram ativamente
483 o recurso, foram atrás de medidas para suprir a necessidade e conseguiram, há
484 planos de trabalho aprovados e critérios técnicos analisados, que subsidiam esse
485 repasse. A conselheira Cristianne Bara Mattei Pacheco de Carvalho – APAS, fala que
486 a aprovação não é ilegal, pois o repasse está condicionado à disponibilidade
487 orçamentária, esse valor está sendo destinado a essas instituições pois eles foram em
488 busca desse recurso, realizaram um plano de trabalho que foi aprovado pelo conselho

489 municipal. Isso abre a porta para um leque de oportunidades de trazer recursos para
490 outras instituições também. Diz que enquanto sociedade civil se sente confortáveis
491 para aprovação dessa deliberação inclusive com a possibilidade desse monitoramento
492 desse recurso. Dra. Alessandra Barancelli – OAB, fala que teve a oportunidade de
493 trabalhar muitos anos com o fundo de desenvolvimento econômico do Estado do
494 Paraná, e diz que a transferência Fundo a Fundo é muito comum quando já existe um
495 plano de ação detalhado. A vice-presidente Clecy diz que já foi debatido em reunião
496 da sociedade civil o porquê ser para municípios específicos e que ficou claro que foi
497 porque os municípios buscaram ativamente o recurso, outras situações iguais virão e
498 com todo respeito as pontuações que o ministério público trouxe, mas esse recurso
499 precisa chegar a essas instituições e para outras que já encaminharam seus pedidos e
500 que estão em busca desse recurso também. Pede que a sociedade civil aprove essa
501 deliberação. Presidente Ivã coloca em regime de votação, o parecer da comissão
502 sendo favorável ao repasse, mediante disponibilidade orçamentária, tendo em vista
503 que os planos de trabalho já foram avaliados pela equipe técnica da Coordenação da
504 Política Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e que não há óbice em
505 relação ao pleito. **Parecer do COEDE:** Aprovado parecer da comissão. **Comissão**
506 **Permanente de Políticas Básicas. 3.1 Ofício N° 409/2025-CAOPPIPCD. Assunto:**
507 Acompanhar a estruturação e funcionamento da política pública de atendimento da
508 pessoa com deficiência na área da saúde, em todo território do Paraná, no tocante à
509 habilitação e à reabilitação, para fins de verificação de cumprimento das disposições
510 normativas atinentes à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD). **Relato:**
511 Trata do ofício recebido do CAOPPIPCD sobre abertura de procedimento
512 Administrativo nº 0046.25.161297-7. Com o objetivo de acompanhar como está a
513 estruturação e o funcionamento da política pública de atendimento à pessoa com
514 deficiência na área da saúde, em todo o estado do Paraná. Tem como foco a
515 habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, para verificação se está sendo
516 cumprida as normas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. **Parecer**
517 **Comissão:** Encaminha-se o ofício a Secretaria de Saúde para que possam
518 fornecer maiores informações sobre o tema habilitação e reabilitação de
519 pessoas com deficiência do Estado do Paraná, convidando-os para explanação
520 na comissão de Políticas Públicas. **Parecer COEDE:** Aprovado parecer da
521 comissão. **Comissão Permanente De Garantia De Direitos. 4.1 Ofício 356/2025**
522 **CAOPPIPCD Assunto: Retorno de pauta março, Solicitando reunião com o**
523 **DETRAN, CPCD e COEDE Relato:** Retorno do CAOPPIPCD, do Ministério Público do

524 Estado do Paraná - Ofício nº 356/2025 como segue: O CENTRO DE APOIO
525 OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DA
526 PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA, por intermédio da Promotora de
527 Justiça signatária, com base no artigo 75, incisos III e XI da Lei Orgânica do Ministério
528 Público do Estado do Paraná, vem, pelo presente, reiterar o Ofício no 57/2025-
529 CAOPPIPCD, datado de 14 de fevereiro de 2025. É imprescindível destacar a
530 importância de dar prosseguimento ao acompanhamento dessa relevante demanda,
531 que busca a efetivação da política pública de acessibilidade. Por essa razão, as
532 pendências apontadas na última reunião realizada por esse órgão merecem ser
533 solucionadas com celeridade, a fim de viabilizar o agendamento de um encontro com o
534 DETRAN - CPCD e o COEDE - GT, reunião da qual o Ministério Público possui
535 interesse em participar. Nesta oportunidade, renovam-se protestos de consideração,
536 mantendo-se este Centro de Apoio à disposição para esclarecimentos que se façam
537 necessária. **Parecer Comissão:** Solicitar nova reunião de acompanhamento com o
538 Detran, para acompanhamento da acessibilidade no momento das avaliações para
539 pessoas surdas que buscam a Habilitação. **Parecer COEDE: Aprovado parecer da**
540 **comissão. 4.2 Notícia de Fato nº 0046.25.097085-5 Assunto:** Arquivamento do
541 protocolo sobre continuidade de alunos em Escola Municipal de educação especial,
542 situada no Município de São José dos Pinhais-PR. encaminhamento da demanda à
543 Promotoria de Justiça com atribuições na área de proteção à educação do Foro
544 Regional de São José dos Pinhais. **Histórico:** - Pauta com início na plenária de maio
545 de 2024 (pauta 2.1) "E-mail recebidos com relatos de alunos que foram desligados em
546 2023 de Escola Municipal - São José dos Pinhais/PR.". Retorno em setembro (pauta
547 4.2) e novembro (pauta 4.1) de 2024, fevereiro (pauta 4.3), abril (pauta 4.4) e junho de
548 2025. Denúncia recebida por e-mail das mães de três estudantes que foram
549 desligados da Escola Madre Paulina, sem garantia de atendimento adequado e
550 terapêutico. Após intervenções com a Prefeitura de São José dos Pinhais, fomos
551 informados que estava em andamento processo de implementação do Centro Dia,
552 bem como que, em 2023, ocorreu a terminalidade de 26 estudantes acima de 25 anos,
553 sendo que 14, não enquadrados na LOAS, foram encaminhados ao CEMITRA para
554 oficinas de habilidades sociais. No entanto, os três estudantes supramencionados não
555 foram matriculados no CEMITRA por não serem público-alvo desse serviço e a
556 prefeitura ressaltou a necessidade de apoio das Secretarias de Saúde e Assistência
557 Social, a fim de suprir demandas específicas que extrapolam o âmbito educacional.
558 Informaram que o Conselho Municipal realizaria as notificações necessárias para

possibilitar a matrícula dos referidos jovens no CEMITRA. Em abril de 2025, o COEDE oficiou o Ministério Público solicitando providências para garantir a permanência dos alunos na rede municipal. Em maio de 2025, o MP requisitou informações sobre a implantação do Centro Dia. Como resposta, o COEDE informou que o Centro Dia ainda não está em funcionamento e que alunos da Escola Madre Paulina permanecem sem atendimento, solicitando a manutenção das matrículas até sua abertura, com juntada do edital e documentos. Em retorno, o Ministério Público informou que foi efetuado registro de Notícia de Fato. Em plenária de junho de 2025, o COEDE se manifestou ciente e deliberou o retorno as solicitantes. **Relato:** Recebido retorno do Ministério Público da 3ª Promotoria de Justiça de São José dos Pinhais que, após análise da documentação, decidiu: “Pelo exposto, o Ministério Público promove o ARQUIVAMENTO da presente Notícia de Fato, com fundamento no art. 9o, III do Ato Conjunto no 001/2019 do PGJ/CGMP, por não se vislumbrar justa causa para a intervenção desta Promotoria de Justiça, determinando: a) O encaminhamento de cópia integral dos autos à Promotoria de Justiça com atribuição na defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência desta Comarca, para ciência e eventuais providências que entender cabíveis no âmbito de suas atribuições, especialmente no que tange à implementação de serviços de assistência social, como o Centro Dia, respeitada a independência funcional; b) Comunique-se ao representante, preferencialmente por meio eletrônico, acerca da promoção de arquivamento da presente Notícia de Fato, cientificando acerca da possibilidade de apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 10 e seguintes do Ato Conjunto no 001/2019-PGJ/CGMP; c) Com a interposição de recurso, retornem os autos para deliberação, conforme determinado nos artigos 13 e 14 do Ato Conjunto no 001/2019-PGJ/CGMP; d) Não havendo interposição de recurso no prazo retromencionado, archive-se o presente procedimento com as anotações, movimentações e a juntada de documentos necessários no Sistema;” **Parecer Comissão:** Ciente. Encaminha-se ao interessado o parecer emitido pela 3ª Promotoria de Justiça. **Parecer COEDE:** Ciente. **4.3 Ofício 432/2025-CAOPPIPCD – Retorno pauta de agosto, sobre médico aprovado no CRM/PR. Assunto:** Resposta do CAOPPIPCD, acompanhando o caso – Candidato com deficiência visual, aprovado em primeiro lugar em vaga destinada a PcD em concurso público do CRM/PR, foi excluído prematuramente com base em laudo médico que alega incompatibilidade total de sua deficiência com as funções do cargo. **Histórico:** - Pauta com início na plenária de agosto de 2025 (pauta 4.6): E-mail encaminhado ao COEDE solicitando análise de possível violação à Lei Brasileira de

594 Inclusão (Lei 13.146/2015). Candidato com deficiência visual, aprovado em primeiro
595 lugar em vaga destinada a PcD em concurso público do CRM/PR, foi excluído
596 prematuramente com base em laudo médico que alega incompatibilidade total de sua
597 deficiência com as funções do cargo. Em plenária de agosto de 2025, o COEDE
598 apreciou e-mail de médico com deficiência visual grave, residente em Pato Branco,
599 relatando eliminação em concurso federal para Médico Fiscal do CRM/PR, apesar de
600 aprovação em vaga reservada a PCD. O requerente alega que a exclusão,
601 fundamentada em laudo médico da banca e confirmada pelo TRF-4, desconsiderou
602 sua atual condição de servidor público efetivo (médico auditor), configurando afronta à
603 Lei Brasileira de Inclusão e ao princípio da acessibilidade. O requerente solicitou
604 atuação do Ministério Público para eventual recurso ou medida judicial; intervenção
605 junto ao TRF-4/STF visando garantir avaliação funcional no estágio probatório; ou
606 manifestação formal sobre os efeitos da decisão judicial. Além disso, enviou
607 documentos explicativos em anexo. A comissão se posicionou frente ao cumprimento
608 do decreto 3298/1999 e da Lei Brasileira de Inclusão, que deliberam que qualquer
609 pessoa com deficiência deve ser avaliada durante o estágio probatório. Em parecer,
610 deliberou encaminhar a documentação para o Ministério Público Federal, para
611 solicitar o seu ingresso como interessado no processo do TRF-4 para defender que o
612 solicitante possa exercer suas atividades em conformidade com a aprovação no
613 concurso público e ser avaliado durante o estágio probatório. **Relato:** Foi recebido
614 retorno do CAOPPIPCD: Foi recebido o Ofício no 104/2025, oriundo do Conselho
615 Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná COEDE/PR, em que
616 apresentou informações discutidas em sessão plenária realizada em 05 de agosto de
617 2025, a respeito de violação a candidato eliminado anteriormente à avaliação do
618 estágio probatório do concurso do CRM/PR (Edital no 01/2023). Constou dos
619 expedientes o encaminhamento, para conhecimento e avaliação, da documentação do
620 caso com o intuito de que esse Ministério Público ingresse como interessado no
621 processo do TRF-4 para defender que o solicitante possa exercer suas atividades em
622 conformidade com a aprovação no concurso público e ser avaliado durante o estágio
623 probatório. Diante da questão apresentada, este Centro de Apoio vem informar que,
624 considerando que já há defesa constituída pela parte, bem como que há
625 acompanhamento processual do Ministério Público Federal (MPF) na qualidade de
626 fiscal da ordem jurídica no Mandado de Segurança no 5000970-
627 20.2025.4.04.7006/PR, em trâmite perante a 1ª Vara Federal de Francisco Beltrão, a
628 atuação do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) dar-se-á a título de

acompanhamento e monitoramento interno, e de modo a reforçar o papel dos órgãos de execução para fiscalização nos concursos públicos, no que tange às vagas reservadas para pessoas com deficiência. Salienta-se que o CAOPPIPCD tem orientado os órgãos de execução a fiscalizar concursos públicos e testes seletivos, com o objetivo de assegurar o pleno acesso ao trabalho por parte das pessoas com deficiência. Como resultado dessa atuação, foi elaborado o Protocolo de Atuação no 01/2024, que estabelece as diretrizes para as Promotorias de Justiça quanto à reserva de vagas nesses processos. Encaminha-se o referido Protocolo em anexo, para conhecimento desse Conselho. Em anexo, também encaminharam o “protocolo de atuação CAOPIPCD nº 01/2024: Reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos e testes seletivos”. **Parecer Comissão:** Encaminhar a resposta ao solicitante. **Parecer COEDE:** Aprovado. **4.4 Denúncia violação de direitos da pessoa com deficiência. Assunto:** E-mail recebido pelo COEDE, servidora municipal diagnosticada com TEA e TDAH tem pedido de reconhecimento da condição indeferido. **Relato:** Recebemos e-mail de servidora pública municipal de Cornélio Procópio que denuncia violação de direitos da pessoa com deficiência, conforme segue: “1. Dos fatos: Sou diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), condições reconhecidas pela Lei nº 12.764/2012 (Lei do Autista) e pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) como deficiências para todos os efeitos legais. No entanto, ao protocolar pedido administrativo de reconhecimento da minha condição como pessoa com deficiência, a Prefeitura de Cornélio Procópio, por meio de sua Procuradoria Jurídica, emitiu parecer indeferindo o pedido sob justificativa meramente burocrática, alegando ausência de requisitos formais do Decreto Municipal nº 189/2025. Essa decisão nega direitos fundamentais assegurados constitucionalmente e por normas federais, violando o princípio da dignidade da pessoa humana e configurando discriminação institucional. 2. Do direito: Constituição Federal, art. 1º, III; art. 3º, IV; art. 7º, XXXI; art. 37, VIII: assegura dignidade, não discriminação e proteção da pessoa com deficiência no serviço público. Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana): reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): garante inclusão, acessibilidade e adaptações razoáveis no trabalho, vedando discriminação. Decisões do STF (RE 676.335/DF, entre outros): vedam entraves burocráticos que restrinjam o acesso de pessoas com deficiência a seus direitos fundamentais. 3. Do pedido: Diante do exposto, solicito: Que esta Secretaria/Conselho Estadual intervenha junto à

664 Prefeitura de Cornélio Procópio, exigindo o reconhecimento da minha condição de
665 pessoa com deficiência, conforme a legislação federal. Que sejam garantidos meus
666 direitos trabalhistas e funcionais enquanto servidora PCD, incluindo a possibilidade de
667 adequação de jornada e readaptação funcional. Que, em caso de persistência da
668 negativa municipal, esta denúncia seja encaminhada ao Ministério Público do Paraná
669 para providências legais cabíveis.” A solicitante também encaminhou documentos para
670 análise deste conselho. **Parecer Comissão:** Encaminhar denúncia para o Ministério
671 Público da Comarca de Cornélio Procópio e encaminhar para o Conselho Municipal da
672 Pessoa com Deficiência de Cornélio Procópio para acompanhamento e
673 providência. **Parecer COEDE:** Aprovado parecer da comissão. **4.5 Exigência ilegal**
674 **por empresa de ônibus de documentação complementar para pessoas com**
675 **deficiência. Assunto:** E-mail recebido pelo COEDE, em razão de práticas que violam
676 direitos garantidos a pessoas com deficiência e estudantes no município de Pato
677 Branco. **Relato:** Recebemos denúncia por e-mail: “Venho, por meio desta, formalizar
678 denúncia contra a empresa TUPA, em razão de práticas que violam direitos garantidos
679 a pessoas com deficiência e estudantes no município de Pato Branco, conforme
680 segue: 1. Exigência ilegal de documentação complementar para pessoas com
681 deficiência: A empresa exige, além do laudo médico de especialista, outro documento
682 para comprovar a deficiência, o que contraria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa
683 com Deficiência (Lei no 13.146/2015), especialmente: Art. 4o, inciso I: igualdade de
684 oportunidades e vedação de discriminação; Art. 28: direito à acessibilidade e igualdade
685 de tratamento; Art. 34: comprovação da deficiência por laudo médico ou avaliação
686 funcional, não sendo legal exigir documentos adicionais. 2. Descumprimento do direito
687 a meia passagem estudantil: A empresa limita o uso da meia passagem apenas ao
688 turno em que o aluno estuda, cobrando valor integral nos demais períodos. Esta
689 prática viola a Lei Municipal no 5.683/2021, que regulamenta a concessão de meia
690 passagem para estudantes da rede pública e privada em Pato Branco. Resumo dos
691 principais dispositivos da lei: Beneficiários estudantes matriculados no ensino
692 fundamental, médio, técnico e superior, público ou privado; Desconto 50% (meia
693 passagem) na tarifa do transporte coletivo urbano, distrital ou interiorano; Créditos
694 diários de 2 a 4 créditos por dia; Utilização garantia de uso a qualquer tempo, incluindo
695 férias, finais de semana e recessos, mediante comprovação da necessidade por
696 declaração da instituição de ensino. Diante disso, solicito a este Conselho que analise
697 a situação e adote providências, assegurando: O cumprimento integral da LBI 2015. O
698 respeito a Lei Municipal no 5.683/2021 A regularização imediata das condutas da

699 empresa TUPA.” **Parecer da Comissão:** Encaminhar a denúncia para o Ministério
700 Público da Comarca de Pato Branco e para CAOPPIPCD para acompanhamento e
701 providência frente às diversas denúncias recebidas por esse conselho sobre o
702 tema. **Parecer do COEDE:** Aprovado parecer da comissão. **4.6 Fluxo do canal disk**
703 **denúncia. Assunto:** Levantamento de dados para estabelecer melhor fluxo e
704 encaminhamentos. **Relato:** O **Disque-Denúncia 181** é um programa da Secretaria da
705 Segurança Pública do Paraná, criado em 2016 pelo Decreto Estadual nº 5.494, em
706 substituição ao **Narcodenúncia** (instituído em 2003 e restrito ao tráfico de drogas).
707 Sua função é dar voz ao cidadão, para que as forças de segurança e demais órgãos
708 de fiscalização do Estado possam atuar de maneira preventiva e repressiva contra
709 diversos delitos, com a missão de coletar, processar, registrar e difundir informações
710 relacionadas a crimes, com direcionamento aos órgãos competentes, de acordo com a
711 natureza da denúncia. O público pode entrar em contato via telefone ou internet e
712 repassa informações – como endereços, nomes de envolvidos e tipos de crimes
713 ocorridos. O programa é gerenciado pelo **Centro Integrado de Denúncias 181**, que
714 tem como atribuições o gerenciamento das informações recebidas pelo telefone 181
715 ou pelo site www.181.pr.gov.br. Para oferecer um serviço de coleta e registro de
716 denúncias de maneira sigilosa e segura, o Centro foi estruturado em alto grau
717 tecnológico, com uma Central de Atendimento que opera com linhas digitais
718 criptografadas e um sistema on-line de compilação de dados e informações, operados
719 por profissionais capacitados, criteriosamente selecionados e treinados para o
720 atendimento ao público em formato de call center, sete dias por semana, das 8h às
721 23h. Além do atendimento aos denunciante, o Centro atua no gerenciamento, análise
722 e difusão das informações, propiciando que a denúncia seja disponibilizada com
723 qualidade e em tempo hábil ao tratamento dos diversos órgãos do Estado, conforme a
724 área de atuação. O Centro ainda recepciona os resultados obtidos a partir das
725 denúncias, realimentando o banco de dados e dando retorno aos denunciante sobre
726 o fato. A partir de 2020, a CPCD passou a receber denúncias e encaminhá-las aos
727 equipamentos da Política de Assistência Social, como Creas e Cras, além de informar
728 ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar nos casos envolvendo menores de idade,
729 garantindo acompanhamento adequado. No ano de 2020 foram registradas 116
730 denúncias, abrangendo pessoas entre 14 e 80 anos, sendo 55 do sexo feminino e 61
731 do masculino. Em 2021 houve 166 registros (83 feminino e 83 masculino); em 2022,
732 126 (62 feminino e 64 masculino); em 2023, 107 (64 feminino e 43 masculino); em
733 2024, 133 (44 feminino e 89 masculino); e em 2025, até o momento, 120 denúncias

734 (52 feminino e 68 masculino). **Parecer da Comissão:** Encaminhar pauta para a
735 comissão de Políticas Básicas para que realizem o acompanhamento junto da
736 Coordenação da Pessoa com Deficiência/SEDEF, visando o fortalecimento das
737 políticas públicas para esse público. **Parecer do COEDE:** Aprovado. **4.7 Retorno**
738 **Viação Graciosa. Histórico:** - Pauta com início na plenária de setembro de 2025
739 (pauta 2.3): Denúncia de pessoa com deficiência, que teve seu direito ao passe livre
740 negado ao tentar embarcar no ônibus da Viação Graciosa entre Matinhos e
741 Paranaguá, mesmo apresentando a documentação exigida e a carteirinha do passe
742 livre. Em plenária de setembro de 2025, o COEDE apreciou denúncia de pessoa com
743 deficiência física (visão monocular), que usufrui do benefício do passe-livre, que teve o
744 direito negado de andar gratuitamente entre a cidade de Matinhos e Paranaguá,
745 apesar de ter a documentação pertinente e carteirinha de passe livre. O solicitante
746 denuncia ter sido comunicado pelo motorista que a empresa mudou a regra para esse
747 modelo, agora requisitando um cartão específico da empresa para passar na catraca
748 gratuitamente - comunicado que não tinha recebido da empresa anteriormente ou
749 algum aviso no ônibus. Também observou que o mesmo aconteceu com idosos que
750 tentaram usufruir do benefício, sendo todos solicitados a realizar o pagamento da
751 passagem. O solicitante informa que a situação foi solucionada apenas após o
752 envolvimento da Polícia Militar, sendo orientado por um funcionário da empresa a
753 baixar um aplicativo para poder usar o ônibus gratuito. Em parecer, o COEDE
754 deliberou o encaminhamento da denúncia para o Ministério Público de Matinhos e
755 para a AGEPAR, solicitando o acompanhamento da denúncia, com posterior retorno
756 ao conselho quanto às tratativas. Além disso, oficiar a Viação Graciosa solicitando
757 esclarecimentos (Ofício 112/2025 - COEDE/PR). **Relato:** Retorno: Ofício encaminhado
758 pela Viação Graciosa, com os esclarecimentos que seguem: Dos Devidos
759 Esclarecimentos mediante a reclamação de número 238-25, do DER/PR, a Viação
760 Graciosa realizou diligências internas a fim de identificar seus colaboradores
761 envolvidos na situação narrada pelo usuário. Desta feita, identificou-se o motorista
762 envolvido nos fatos narrados pelo usuário. Em entrevista com o condutor, verificou-se
763 que, diferentemente do alegado, não houve, por parte do preposto da Viação
764 Graciosa, falta de educação ou urbanidade no tratamento dos passageiros. Ocorre
765 que, conforme apontado na própria reclamação, o usuário não estava, no momento do
766 embarque, de posse da respectiva carteirinha que garante a isenção tarifária, de
767 emissão gratuita em qualquer uma das agências da Viação Graciosa espalhadas pelo
768 Litoral, ou ainda por meio do app Pazze. Diante disso, o motorista informou-lhe acerca

769 da necessidade de se passar o cartão na catraca, ou, no caso de sua ausência, que
770 adimplisse com o valor da tarifa. Além disso, como é de amplo conhecimento, foi-lhe
771 informado sobre a vedação do acesso dos passageiros pelas portas traseiras dos
772 ônibus. O passageiro recebeu de forma muito negativa as informações que lhe foram
773 prestadas, com muito respeito e calma, pelo motorista do coletivo, proferindo ofensas
774 contra sua pessoa e contra esta reclamada. Após isso, adimpliu regularmente com o
775 valor do bilhete. A Viação Graciosa informa que lamenta profundamente ocorrências
776 como esta. Como é de conhecimento deste órgão de fiscalização e da população do
777 Litoral Paranaense, houve a implantação da necessidade de utilização da carteirinha
778 de isenção junto com a alteração do sistema de bilhetagem eletrônica, ocorrida em
779 maio deste ano. Esta concessionária, com o objetivo de dar ampla alcance às
780 alterações realizadas, divulgou em redes sociais e na imprensa as mudanças, como é
781 possível de ser verificado: <https://www.youtube.com/watch?v=0JTUQNJKUnk>
782 (apresentaram print de tela do Youtube com o vídeo). **Parecer da Comissão:** Deixar
783 a pauta sobrestada, aguardando a resposta do Ministério Público de Matinhos e da
784 AGEPAR. **Parecer do COEDE:** Aprovado. **4.8 Inclusão de pauta: Denúncia Escola**
785 **Rural. Relato:** Recebemos por e-mail denúncias de duas mães de estudantes de uma
786 Escola Rural, relatando situações que presenciaram dentro da Escola. A primeira
787 denuncia maus-tratos contra aluno com deficiência, relatando que o filho teria sido
788 submetido à situações de “constrangimento e humilhação”, como aplicação de
789 castigos desproporcionais e acusação injusta de roubo, situação que teria causado
790 constrangimento à criança. Relatou já ter entrado em contato com a diretoria pedindo
791 providências, sem soluções efetivas. Destacou que o filho não é o único que vivencia
792 essas situações. A segunda denúncia visa relatar “fatos muito graves” presenciados
793 na Escola Rural supramencionada. Informou que presenciou a diretora em gritos com
794 uma criança autista, o incentivo do bullying contra “crianças autistas”, por meio de
795 aplicação de castigos como “trancados em sala sem poder ir ao banheiro, sendo
796 obrigados a fazer suas necessidades na roupa e depois sofrendo zombarias dos
797 colegas”. Também relatou o sofrimento do filho frente a saída de sua professora, com
798 quem tinha vínculo, após “perseguições e ameaças da diretora” e que o filho não
799 queria mais frequentar a escola. Por fim, mencionou que um “aluno atípico” teria sido
800 acusado de roubo e teve sua bolsa revirada por uma professora, gerando
801 constrangimento para a criança. Ambas solicitantes requisitam que sejam tomadas
802 providências para apurar esses fatos e garantir que as crianças sejam tratadas com
803 respeito e dignidade, conforme assegura a legislação vigente. **Parecer da Comissão:**

804 Encaminhar a denúncia para o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, ao
805 Conselho Tutelar para acompanhamento e eventuais providências. Solicitar
806 esclarecimentos para a Secretaria Municipal de Educação de Bandeirantes/PR. Prazo
807 de 5 dias úteis para esclarecimentos dos órgãos quanto aos fatos e retorno a esse
808 Conselho. **Parecer do COEDE:** Aprovado parecer da comissão. Reunião se encerra.
809 Presidente Ivã agradece a presença da Dra. Mariana Dias que esteve presencial em
810 toda reunião acompanhando as pautas do COEDE e contribuindo significativamente a
811 esse conselho. Agradece a todos os conselheiros presentes, ao Diretor Ronaldo pela
812 sua constante presença nesse conselho e a todos que acompanham pelo canal do
813 Youtube. A presente ata foi elaborada pela secretária executiva, Marcela Gusso
814 Rodrigues do Couto Ribeiro. Após aprovação, a ata será publicizada no Diário Oficial
815 do Estado (DIOE) no site oficial do COEDE/PR, garantindo transparência e acesso
816 público às deliberações do colegiado. Reunião disponível no site:
817 <https://www.youtube.com/watch?v=GWIV9H8WDjs>.